

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Descrição da necessidade da contratação (problema a ser resolvido)

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de Princesa tem a responsabilidade de assegurar o atendimento integral aos usuários da rede municipal, com foco na Atenção Primária, garantindo ações de promoção, prevenção, diagnóstico, monitoramento e acompanhamento terapêutico, além do suporte às rotinas de vigilância em saúde e ao acompanhamento de grupos prioritários. Nesse cenário, os exames laboratoriais constituem componente indispensável da linha de cuidado, pois oferecem informações objetivas para embasar decisões clínicas, confirmar ou descartar hipóteses diagnósticas, monitorar a evolução de agravos, avaliar resposta a tratamentos e identificar fatores de risco, contribuindo para a segurança do paciente e para a resolutividade do atendimento.

A necessidade por exames laboratoriais é contínua e recorrente, pois acompanha a dinâmica diária dos atendimentos na rede municipal, os protocolos assistenciais, as rotinas de acompanhamento de condições crônicas, a assistência à gestante, o cuidado com crianças e idosos, bem como demandas relacionadas a investigação clínica e controle epidemiológico. Trata-se, portanto, de serviço essencial de apoio diagnóstico, diretamente relacionado à efetividade do cuidado ofertado à população.

Ocorre que a vigência da atual ata de registro de preços destinada à prestação desses serviços encontra-se em iminente vencimento, o que evidencia risco concreto de interrupção ou redução da capacidade de atendimento da rede municipal. A descontinuidade na oferta de exames pode gerar atrasos na confirmação diagnóstica, no início ou ajuste de terapias, no acompanhamento de pacientes e na adoção de condutas oportunas, com possibilidade de agravamento de quadros clínicos, aumento de demanda reprimida, elevação do tempo de espera e prejuízos ao planejamento e à organização do cuidado.

Assim, o problema a ser enfrentado consiste em evitar a descontinuidade e assegurar a disponibilidade regular de exames laboratoriais aos usuários do sistema municipal de saúde, preservando o fluxo assistencial e a qualidade do atendimento prestado à população.

Além disso, também existe demanda para a realização de exames médicos admissionais, para a contratação de servidores novos, em conformidade com as exigências legais.

2. Área requisitante

Secretaria Municipal de Saúde;

Secretaria de Administração.

3. Equipe responsável pelo estudo

Gilson Loga Lisboa

4. Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução

Assim, a solução a ser escolhida precisa garantir prestação contínua e eficiente de serviços laboratoriais, com capacidade de absorver a demanda do Município de Princesa, assegurando resultados confiáveis e compatíveis com as normas sanitárias e técnicas aplicáveis, de modo a apoiar o diagnóstico, o acompanhamento clínico e a definição de condutas terapêuticas na rede municipal.

Como requisito operacional essencial, a coleta de amostras deve ocorrer no Município de Princesa, em ponto de



atendimento acessível à população na área urbana, evitando deslocamentos desnecessários e contribuindo para a adesão dos pacientes aos exames e para a agilidade do fluxo assistencial. O serviço de coleta e recebimento de usuários deve estar disponível em todos os dias úteis, durante horário comercial, com capacidade mínima de atendimento compatível com a rotina da Atenção Primária e com eventuais variações sazonais, garantindo atendimento ordenado, orientação ao paciente e identificação adequada das amostras.

A solução também deve contemplar a execução dos exames conforme solicitação clínica, abrangendo o rol de exames laboratoriais demandados pela rede municipal, com garantia de processamento, conferência e liberação de resultados dentro de prazos tecnicamente adequados à natureza de cada exame, de forma a não comprometer a tomada de decisão clínica. Deve, ainda, assegurar rastreabilidade das amostras, padronização de procedimentos, registros e controles que permitam a verificação do percurso do material coletado, desde o atendimento do paciente até a emissão do resultado.

No que se refere à qualidade e segurança, a solução deve comprovar condições regulares de funcionamento, com responsabilidade técnica habilitada, cumprimento de exigências sanitárias vigentes, adoção de rotinas de controle interno e, quando aplicável, participação em controle externo de qualidade, com o objetivo de reduzir variabilidade analítica, prevenir erros e assegurar confiabilidade dos laudos. Devem ser observadas também as práticas de biossegurança, incluindo acondicionamento, conservação e transporte de amostras quando necessário, bem como manejo e destinação de resíduos gerados, conforme normas aplicáveis.

Quanto à entrega dos resultados, é requisito que os laudos sejam disponibilizados de forma acessível e segura aos usuários e aos serviços de saúde do Município, com identificação completa, informações mínimas necessárias à interpretação clínica e garantia de sigilo. A solução deve prever suporte para esclarecimentos técnicos quando houver necessidade de validação, repetição de exame por inconsistência ou ocorrência de amostra inadequada, mantendo o fluxo assistencial sem prejuízo ao paciente.

Por fim, a solução deve demonstrar capacidade de continuidade do serviço, com estrutura e recursos suficientes para evitar interrupções, assegurando regularidade de atendimento, previsibilidade de funcionamento e manutenção do padrão de qualidade, considerando que o apoio diagnóstico laboratorial é atividade permanente e essencial para o desempenho da Atenção Primária e para a integralidade do cuidado ofertado à população de Princesa.

5. Levantamento de mercado (prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções)

Considerando a necessidade de assegurar a continuidade do apoio diagnóstico laboratorial aos usuários da rede municipal de saúde, realizou-se prospecção das alternativas usualmente disponíveis no mercado e no arranjo regional de prestação de serviços, com análise preliminar de aderência às condições do Município de Princesa, especialmente quanto a acesso da população, capacidade de atendimento, abrangência do rol de exames, prazos de liberação de resultados, requisitos sanitários e viabilidade operacional.

Solução 1. Prestação do serviço por laboratório especializado contratado para execução dos exames laboratoriais

Nesta alternativa, o Município utiliza serviços de laboratório privado especializado, responsável por executar o conjunto de atividades necessárias à realização dos exames, incluindo recepção e orientação ao paciente, coleta e identificação das amostras, processamento analítico, validação técnica e disponibilização dos resultados. Em regra, o prestador fornece materiais e insumos necessários, mantém responsabilidade técnica, cumpre exigências sanitárias e adota rotinas de controle de qualidade, atendendo à demanda conforme a necessidade assistencial. Essa alternativa tende a apresentar boa aderência ao cenário municipal por permitir atendimento contínuo, previsibilidade de operação, padronização de processos, rastreabilidade das amostras e maior abrangência de exames, desde que sejam definidos requisitos mínimos de funcionamento no Município, prazos de entrega e formas seguras de disponibilização de resultados.



Solução 2. Implantação e operação de laboratório próprio municipal, com equipe e estrutura permanentes. Nesta alternativa, o Município passaria a executar diretamente os exames laboratoriais por meio de laboratório próprio, o que exige, no mínimo, espaço físico adequado, adequações sanitárias, aquisição de equipamentos laboratoriais, contratação e manutenção de responsável técnico e equipe de apoio, além de fornecimento contínuo de insumos, calibração e manutenção de equipamentos, controles internos e participação em rotinas de qualidade. Embora possa aumentar a autonomia operacional, trata-se de solução que demanda investimento inicial elevado e custos permanentes relevantes, além de gestão técnica especializada e capacidade administrativa para sustentar a operação com regularidade e segurança. Considerando, de forma preliminar, as condições atuais do Município quanto a espaço disponível, infraestrutura, equipamentos e quadro de pessoal, essa alternativa tende a apresentar baixa viabilidade no curto prazo, sobretudo pelo custo de implantação, pelo tempo necessário para estruturação e pelos riscos de interrupção do serviço caso ocorram falhas de manutenção, reposição de insumos ou insuficiência de equipe.

Solução 3. Realização de exames por meio de consórcio público regional de saúde (CIS AMEOSC) ou arranjos consorciados equivalentes

Nesta alternativa, os exames seriam viabilizados por prestadores cadastrados ou credenciados junto ao consórcio regional do qual o Município participa. O modelo pode representar ganho administrativo em determinadas situações, porém, para o caso de exames laboratoriais de rotina e alta demanda na Atenção Primária, podem surgir limitações relevantes. Entre elas, destaca-se a necessidade de deslocamento dos pacientes a outros municípios quando não houver ponto de coleta e atendimento efetivo em Princesa para o conjunto de exames demandados, o que pode reduzir o acesso, aumentar faltas e atrasar diagnósticos. Soma-se a isso a possibilidade de o rol de exames disponível no consórcio não atender integralmente aos exames básicos mais solicitados na rede municipal, bem como a existência de limites operacionais e financeiros do consórcio, considerando que o saldo consorcial é compartilhado entre diferentes especialidades, procedimentos e demandas assistenciais. Mesmo quando houver laboratório localizado no Município vinculado ao consórcio, pode haver restrição de itens ofertados via consórcio, o que compromete a integralidade da oferta necessária à Atenção Primária.

Solução 4. Ampliação da oferta por credenciamento de múltiplos prestadores, com atendimento local e por demanda

Como alternativa observada em contratações de serviços em saúde, é possível estruturar atendimento por meio de credenciamento de mais de um prestador apto, permitindo ampliação de capacidade, redução de risco de descontinuidade por dependência de um único fornecedor e maior flexibilidade para absorver variações de demanda. Essa alternativa, para ser adequada, exigiria regras objetivas de habilitação técnica e sanitária, critérios claros de atendimento e fluxos de solicitação e faturamento, além de exigência de atendimento no Município ou de mecanismos que não imponham deslocamento excessivo aos usuários. Pode ser especialmente útil quando há demanda diversificada e quando se busca redundância operacional, embora exija governança e controles administrativos consistentes para garantir padronização de prazos, qualidade e rastreabilidade.

Em síntese, o levantamento de mercado demonstra que existem alternativas possíveis, porém a aderência ao contexto do Município de Princesa depende, principalmente, de garantir acesso local à coleta, regularidade do atendimento em dias úteis, abrangência suficiente do rol de exames demandados pela Atenção Primária e prazos compatíveis com a assistência, além de requisitos mínimos de qualidade, segurança, sigilo e rastreabilidade dos resultados.

Conclusão

Diante das alternativas avaliadas, a solução mais viável é a **prestação dos serviços por laboratório especializado**, com obrigatoriedade de coleta no próprio Município de Princesa. Essa alternativa atende ao requisito essencial de acesso local, assegura continuidade e regularidade do apoio diagnóstico e permite abrangência compatível com a demanda da Atenção Primária.



As demais alternativas mostram-se menos adequadas no cenário atual: a implantação de laboratório municipal demanda investimentos e estrutura técnica incompatíveis no curto prazo; a via consorcial tende a impor limitações de acesso e de oferta de exames, com risco de deslocamentos e restrições operacionais; e o credenciamento não se revela viável pela inexistência de pluralidade de prestadores com capacidade instalada no Município, sendo que o único posto de coleta em funcionamento decorreu da contratação anterior.

6. Descrição da solução, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução*

Após a análise das alternativas, a solução indicada consiste na contratação de laboratório especializado para a prestação de serviços de exames laboratoriais, com atendimento local e execução completa do fluxo, desde a coleta até a liberação dos resultados. A solução deve assegurar funcionamento contínuo, capacidade de atendimento compatível com a demanda da rede municipal e padrões de qualidade e segurança adequados ao apoio diagnóstico necessário à Atenção Primária.

Do ponto de vista técnico, a alternativa é a que melhor atende ao requisito indispensável de realizar as coletas no próprio Município de Princesa, evitando deslocamentos da população e garantindo agilidade no atendimento e na entrega de resultados. Considera-se, ainda, a limitação de mercado local, pois o único posto de coleta em funcionamento no município decorreu da contratação anterior, o que reforça a necessidade de estruturar a solução de modo a exigir a manutenção do atendimento e da coleta na área urbana, em dias úteis e horário comercial, durante toda a vigência. Além disso, por se tratar de serviço de saúde, a solução exige organização de processos, rastreabilidade de amostras, responsabilidade técnica, controles de qualidade, biossegurança, sigilo e disponibilização segura dos laudos aos usuários e à rede municipal.

Do ponto de vista econômico, a solução é mais eficiente por permitir atendimento conforme a demanda efetiva, com preços unitários por exame e execução sob requisição, evitando contratações em volumes superestimados e reduzindo desperdícios. A adoção do sistema de registro de preços é compatível com a natureza continuada do serviço e com a variabilidade de consumo ao longo do ano, favorecendo previsibilidade de preços, melhor planejamento e empenhos de forma parcelada, conforme as necessidades do serviço público, sem comprometer a continuidade da assistência.

Como condições mínimas da solução, a contratada deverá disponibilizar o serviço em estabelecimento ou posto de coleta localizado na área urbana do Município de Princesa, com atendimento de segunda-feira a sexta-feira, em horário comercial, durante toda a vigência, incluindo materiais, insumos e procedimentos necessários ao atendimento, à coleta, ao processamento e à emissão dos resultados. O faturamento deverá ocorrer de forma mensal, mediante nota fiscal acompanhada de relatório dos pacientes atendidos e dos exames realizados.

Requisitos mínimos para contratação, exigíveis do licitante vencedor como condição para formalização e início da execução, sem prejuízo de outros previstos no edital

- Alvará de funcionamento municipal para o estabelecimento ou posto de coleta em Princesa
- Alvará sanitário vigente
- Licença ambiental, quando exigível, emitida pelo órgão competente, conforme enquadramento da atividade



- Indicação do responsável técnico, com comprovação de habilitação e registro regular no respectivo conselho profissional
- Comprovação de estrutura e condições de operação compatíveis com os requisitos de qualidade, segurança e sigilo dos resultados

7. Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala*

A estimativa das quantidades de exames laboratoriais foi definida com base no histórico de exames efetivamente realizados e faturados na contratação anterior, projetando-se o consumo para o período de 12 meses, conforme relatórios e planilhas de produção que instruem o processo. Por se tratar de registro de preços, os quantitativos têm caráter apenas estimativo e servem para dimensionar o objeto e formar o valor estimado, sem obrigatoriedade de contratação integral, pois as solicitações ocorrerão de forma parcelada, conforme a demanda real da rede municipal. A consolidação do consumo anual em um único planejamento favorece economia de escala, padroniza o atendimento e reduz fracionamentos, mantendo a capacidade de atendimento com maior eficiência administrativa.

8. Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação*

Os valores unitários de cada exame será preenchida na formalização de demanda (requisição). O valor estimado de cada exame é de acordo com as pesquisas de mercado realizadas e valores de referência, sendo que os mesmos serão demonstrados no documento de formação da pesquisa de mercado, integrante desse processo.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável*

Não se aplica o parcelamento do objeto em lotes distintos, devendo os exames laboratoriais ser agrupados em lote único, de modo a assegurar responsabilidade contratual e padronização do atendimento, considerando que diversos exames são complementares e normalmente solicitados em conjunto. Essa organização evita que o paciente precise se deslocar a diferentes estabelecimentos, garantindo que a coleta e o atendimento ocorram em um único local no Município de Princesa. Além disso, o prestador deverá disponibilizar a execução de todos os exames previstos na tabela da requisição, não sendo admitida a seleção apenas dos itens de interesse, pois isso poderia dificultar a autorização e a realização dos exames conforme a demanda individual de cada paciente e a necessidade clínica apresentada.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão*



Visando ao planejamento das compras públicas, a contratação em exame está prevista no Plano Anual de Contratações, conforme Código de Intenção n. 93.

12. Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável;

Espera-se assegurar a continuidade e a efetividade do apoio diagnóstico à rede municipal de saúde, com ampliação da resolutividade da Atenção Primária, redução de atrasos na confirmação diagnóstica e no início ou ajuste de tratamentos, e maior segurança do paciente, mediante acesso local à coleta e entrega de resultados em prazos compatíveis com a assistência. Como resultado adicional, busca-se melhorar o fluxo assistencial e reduzir deslocamentos desnecessários, favorecendo a adesão dos usuários, especialmente dos grupos mais vulneráveis. Em termos de desenvolvimento nacional sustentável, pretende-se promover contratação eficiente e racional, com consumo por demanda no registro de preços, evitando desperdícios, priorizando prestador regular e responsável quanto às exigências sanitárias, biossegurança e destinação adequada de resíduos, além de estimular a atividade econômica formal e o cumprimento de obrigações legais e ambientais associadas à prestação do serviço.

13. Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização

Não existem providências a serem adotadas previamente a contratação.

14. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento

Embora não se identifiquem impactos ambientais diretos relevantes para o Município, a execução do objeto envolve geração e manejo de resíduos de serviços de saúde. Assim, a contratada deverá cumprir as exigências sanitárias e ambientais aplicáveis, mantendo licenças quando exigíveis e adotando rotinas de segregação, acondicionamento, armazenamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos decorrentes da atividade, incluindo comprovação de destinação regular quando solicitada.

15. Declaração de viabilidade*

Declaramos, considerando todo o exposto neste Estudo Preliminar, que a contratação:

[X] é viável [] não é viável

16. Há necessidade de classificar os Estudos Preliminares como sigiloso, nos termos da Lei nº 12.527/2011?

Não há necessidade de manter documentos sob sigilo. E os anexos podem ser disponibilizados.

Princesa, SC, 09 de fevereiro de 2026.



Assinatura dos membros da Equipe de Planejamento da Contratação, e dos fiscais de contratos que participaram da elaboração dos EP:

 Assinado eletronicamente por:
GILSON LOGA LISBOA
105.841.949-86
11/02/2026 10:15:00
Assinatura digital avançada.

